



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGIAS
CAMPUS XVIII / EUNÁPOLIS/BAHIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

REINALDA LINO DE JESUS

AS MARCAS PERMANECEM: A MEMÓRIA DE MULHERES SOBRE
OS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DURANTE O REGIME
MILITAR BRASILEIRO

Eunápolis- Ba

2021

REINALDA LINO DE JESUS

**AS MARCAS PERMANECEM: A MEMÓRIA DE MULHERES SOBRE
OS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DURANTE O REGIME
MILITAR BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sandra Regina Barbosa da Silva Souza.

Eunápolis- Ba

2021

REINALDA LINO DE JESUS

**AS MARCAS PERMANECEM: A MEMÓRIA DE MULHERES SOBRE
OS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DURANTE O REGIME
MILITAR BRASILEIRO**

Artigo submetido à aprovação do corpo docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVIII, Eunápolis, como pré-requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em História.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr^a Sandra Regina Barbosa da Silva Souza -Orientadora
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof.^a Ma. Mariane Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof.^a Dra. Caroline de Araújo Lima
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as memórias dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que além de refletir o desenvolvimento de traumas psicológicos, contestam as versões oficiais de processos criminais e depoimentos de militares e destacam as contribuições para a história nacional. Diante desse aspecto para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se como fontes o depoimento de três mulheres, presentes no Dossiê de Mortos e Desaparecidos da Comissão Nacional da Verdade. Assim, através de uma análise qualitativa, cruzando as fontes com os materiais bibliográficos, a pesquisa perpassa sobre a perspectiva das análises de memórias, traumas, esquecimentos e as interferências sofridas por essas mulheres. E partir dessa, pode-se compreender através dos depoimentos as violências sofridas por essas mulheres, e a representação da fala destas como sujeitos ativos dos processos vivenciados.

Palavras chave: Ditadura , Familiares Mortos e Desaparecidos, traumas, memória.

INTRODUÇÃO.

A ditadura militar brasileira compreendida no período de 1964 – 1985, foi uma ruptura com a democracia no Brasil, no qual foi permeada por conflitos, ideologias e autoritarismo que marcou a história da nação. O golpe de 1964, por se tratar da tomada de poder pelos militares, foi articulado de forma metódica tendo o apoio dos conservadores e principalmente dos grupos empresariais que viam o governo de João Goulart como uma porta de entrada para a transformação do país em comunista.

Segundo Marcos Napolitano (2014), em seu livro História do Regime Militar Brasileiro, a organização do golpe, representou mais que uma rebelião de militares, no qual esses, com a classe média, a burguesia e os liberais se uniram com discursos antirreformista, e anticomunista contra o governo Jango. Dessa maneira, movimentou-se as peças do tabuleiro, para a jogada final com a tomada do poder em abril de 1964. “(...) o golpe de Estado foi um projeto de tomada do poder — complexo, errático e multifacetado, é verdade, mas ainda assim um projeto.”¹

Para além da participação desses grupos sociais citados, a delimitação e concretização da tomada da presidência, teve o “incentivo” norte-americano, que através do programa “Aliança para o progresso”, destinava ajudar governos latinos americanos sob a perspectiva de evitar os comunistas, por temerem que estes se aproveitassem do subdesenvolvimento desses países. Segundo Marcos Napolitano (2014):

Em 1964, Washington não apenas acompanhava as conspirações e apoiava os conspiradores, mas passou a ser um ator decisivo nos acontecimentos. Os informes da Embaixada dos EUA durante a crise da revolta dos marinheiros e do cerco final a Goulart deixava Washington a par dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que traçavam um roteiro de ação.²

Vigilantes e subsidiando os mentores a derrubada do governo Jango, os Estados Unidos, assistia à queda da democracia, e a deposição de um governo

¹ Napolitano, Marcos 1964 : História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. – São Paulo : Contexto, 2014.p.51

² Napolitano, Marcos 1964 : História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. – São Paulo : Contexto, 2014.p.

legítimo, eleito pelo povo. Dessa maneira, concretizado o golpe militar, várias leis foram reformuladas, mandatos cassados, partidos extintos, e a censura tornou-se comum no cotidiano do brasileiro. Milhares de pessoas foram presas, sequestradas, torturadas durante o Regime Militar.

Diante do contexto apresentado, o presente artigo tem como objetivo principal analisar as memórias dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que além de refletir o desenvolvimento de traumas psicológicos, contestam as versões oficiais de processos criminais e depoimentos de militares e destacam as contribuições para a história nacional.

Assim, a pesquisa, justifica-se pela relevância de retomar memórias, buscando uma discussão pautada nas lutas dessas mulheres que sofreram com o regime militar, promovendo dessa maneira uma reflexão acerca do papel dessas mulheres na ditadura militar, que eram mães, esposas e filhas que foram torturadas física e psicologicamente.

Diante desse aspecto, pode-se questionar, quais evidências são questionadas nos relatos dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, que além de refletir o desenvolvimento de traumas psicológicos, contestam as versões oficiais de processos criminais e depoimentos de militares? E quais que destacam as contribuições para a história nacional?

Quanto a análise das fontes, a metodologia utilizada foi qualitativa, através da análise do discurso, dos depoimentos das mulheres presentes no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Baseando-se em Orlandi, como pressuposto teórico para a análise do discurso, “A AD não é uma metodologia, é uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise.”³

Assim, compreendendo que os depoimentos são mais que relatos factuais de uma memória, e que carregam além das memórias, os traumas, esquecimentos e intencionalidades presente no seu discursos. Desse modo, ROMPATTO (2010) aponta em relação aos discursos que “O que existe são “verdades” relativas

³ Orlandi EP. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Anais do 10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso; 2003 Nov. 10-13; Porto Alegre, Brasil [CD-ROM]. Porto Alegre (RS): UFRGS; 2003.

construídas segundo os interesses de indivíduos, de grupos ou de classes sociais, que determinam o conteúdo de qualquer documento durante sua elaboração”.⁴

Compreendendo que o presente trabalho tem como fontes principais o depoimento de mulheres, que através da suas vozes relataram suas experiências é de grande relevância a compreensão e discussão de gênero baseada nos aportes teóricos de SOIHET⁵. Aferindo a esse conceito, como uma construção social e histórica, que através da historiografia, marca a representação dessas mulheres que foram silenciadas por um longo tempo, pela história patriarcal. Conforme ratifica SOIHET(2006,p. 374)⁶ “As mulheres não são tratadas como sujeito e o objetivo é impedir sua fala e sua atividade.”

Dessa maneira, partindo da perspectiva que essas mulheres, ousaram confrontar de alguma forma o regime, ou a sociedade na qual estavam inseridas, cada uma de seu modo peculiar, nos apresenta a construção de novos olhares, novas experiências que por muito tempo não foram contadas pela história.

Partindo dessas questões, o trabalho aqui proposto, tem como elemento integrante a análise da História do Tempo Presente, uma vez que a ditadura militar ocorreu oficialmente há apenas 55 anos, e muitos sujeitos que viveram esse momento estão vivos e relatando suas memórias e traumas para estudos historiográficos. Dessa maneira Carlos Fico (2012)

De fato, a marca central da História do Tempo Presente - sua imbricação com a política - decorre das circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, "não terminou". Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir.⁷

Doravante, a discutir sobre o regime militar, confrontando com depoimentos de testemunhas que vivenciaram atrocidades do sistema opressor, analisamos uma história, que conforme afirma Fico (2012), “não terminou”. Pois, os traumas, as

⁴ ROMPATTO, Maurílio. A oralidade como fonte de pesquisa em História Regional. Projeto História nº 41. Dezembro de 2010,p.342

⁵ SOIHET, Rachel. História das Mulheres, In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.275-296.

⁶ SOIHET, Rachel. Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo. In: Olhares Feministas/ Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lúcia Puga (organizadoras).- Brasília: Ministério da Educação : Unesco. 2006 p.374

⁷ FICO, Carlos. História do tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. Varia História, Belo Horizonte, v.28,n.47,p.43-59,jan/jun.2012,p.45.

memórias estão vivos com os depoentes, principalmente para aqueles que até o momento não encontraram seus familiares desaparecidos.

Visto também como um campo de estudos, que opõe à historiografia tradicional, pautaremos na História Social, que, numa ação conjunta com a Antropologia, abriu leque de possibilidades de uso de fontes e de objetos de estudos, contribuindo para que temáticas como análise de depoimentos, bem como dos discursos de familiares de mortos desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira sejam feitas.

Assim, o artigo tem como fonte principal, a análise de três depoimentos de Mulheres que tiveram seus familiares mortos ou desaparecidos no período em questão: Alba Valéria D' Oliveira Reis , Djanira de Oliveira Ramos e Ilda Martins da Silva, que foram transcritos e divulgados pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Para análise das fontes, sob a perspectiva de análise de discurso, dialogamos também com Michel Foucault (1999) no qual aferi que “[...] isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.⁸

Um pouco sobre a história das depoentes

Os três depoimentos utilizados como fonte nessa pesquisa, possuem como enredo principal o contexto da ditadura militar, porém relatos de situações diferentes vivenciados nesse período. Dessa modo , contextualizaremos os relatos das depoentes utilizadas na presente pesquisa.

A primeira depoente, Ilda Martins da Silva, casada com Virgílio Gomes da Silva, integrante do PCB e sindicalista. O marido ficou um tempo foragido em Cuba em 1966-1967. Quando retornou com o ANL, participando das guerrilhas. A polícia prende Virgílio, e no intuito de buscar mais informações acerca dos integrantes dos grupos de guerrilha prende a senhora Ilda Martins da Silva com seus 3 filhos. Apesar

⁸ FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo.1989

de depois de depois de passar alguns dias, e os filhos serem liberados sob a tutela da avó, a senhora Ilda Martins relata que ficou presa no DOPS durante 9 meses, e destes 4 meses ficou incomunicável. A depoente relata as agressões físicas e psicológicas sofrida durante a prisão. Após a sua saída contou com o apoio do PCB e da ANL, no qual mudou-se para Cuba com seus filhos, retornando ao Brasil após o fim da ditadura militar brasileira.⁹

O Testemunho da depoente Djanira de Oliveira Ramos, 77 anos, filha de Epaminondas Gomes de Oliveira, artesão que trabalhava com coro, e participava de reuniões do Partido Comunista. Segundo o relatório da CNV, o senhor Epaminondas foi preso na operação Mesopotâmia. No qual foi torturado, e morreu de choque decorrente de anemia e desnutrição de acordo com os dados da Agência Brasileira de Inteligência. A depoente relata que tinha conhecimento da atividade do pai, e descreve o estado de vigilância que a vida da família se tornou, com agentes do Estado indo no comércio, na rua da casa, observando para ver a aproximação dos familiares com integrantes do partido comunista e dos guerrilheiros.¹⁰

Assim, como a depoente Alba Valéria D' Oliveira Reis, 52 anos, filha Divo Fernandes D'Oliveira, que era taifeiro da Marinha e integrante do PCB e filha de Nayde Medeiros D'Oliveira. O pai Divo D'Oliveira, desapareceu em 1965, por atuar nos movimentos de guerrilhas, greves e entregando panfletos que eram vistos como material subversivo. A mãe Nayde D'Oliveira, foi presa e interrogada acerca da relação do marido com o partido. Alba Valéria, relata a sua dor e traumas que sofreu ainda tem em relação a esse período, descrevendo os entraves burocráticos com a justiça acerca da lei de anistia, e a morosidade da justiça em receber a pensão vitalícia. O depoimento apresenta 25 páginas.¹¹

Os depoimentos em questão constam no relatório da CNV, no qual a tomada de depoimentos, foi através de arquivo de áudio, e feito a transcrição em PDF do documento. Os depoimentos em questão⁹, foram escolhidos, por representarem as

⁹ SILVA, Ilda Martins da. Depoimento.[Out.2013].Responsável pela tomada do depoimento Raissa Wihby. São Paulo.2013.NUP:00092,002416/2013-11 O depoimento apresenta 39 páginas. Realizado no dia 01/10/2013.Tipo de arquivo: áudio. Transcrição no relatório. São Paulo

¹⁰ RAMOS, Djanira de Oliveira. Depoimento . [Dez.2013] Responsável pela tomada de depoimento: Suellen Pires Maciel e Thiago Vilela. Abadias de Goiás, Go.2013. NUP:00092,000090/2014-61

¹¹ REIS, Alba Valéria D'oliveira. Depoimento.[Set.2013]Responsável pela tomada de depoimento :Ariana Bazzano e Márcia Baratto. Florianópolis, SC;2013. NUP: 00092.002287/2013-53

experiências de mulheres, como filhas e esposas que tiveram seus familiares mortos e desaparecidos no período da Ditadura Militar.

No site da CNV, constam 407 depoimentos, tipificados em: depoimento de agentes do estado, vítimas de civis, vítimas de militares, testemunhas, especialistas e por fim a categoria a qual faz parte as fontes da pesquisa que é depoimentos de familiares de vítimas. Estes, compreendem o total de 42 depoimentos pertencentes a referida categoria.¹²

De acordo com o Livro, *Direito à Memória e a verdade – Comissão Especial sobre Mortos Desaparecidos Políticos*, o Regime Militar se dividiu em fases: a primeira em 1964, marcada pela consolidação do golpe, a segunda em 1968 com a decretação do AI-5 e a terceira em 1974 com o processo de abertura política. A segunda fase marcada pela intensificação da repressão e da censura, foi a fase com o maior índice de desaparecidos políticos, questão a qual está relacionada com a presente pesquisa.¹³

Contextualização do Regime Militar

Ao longo desses 21 anos de repressão, inúmeros movimentos contra a ditadura surgiram por todos os lados do Brasil, evidenciando a inquietude de muitos brasileiros diante da realidade daquele momento. Nas palavras de Muniz Ferreira (apud SOUZA, 2013), “a luta contra a ditadura militar representou um dos momentos mais ricos no desenvolvimento da consciência e da cultura democrática, no interior da sociedade civil brasileira”.¹⁴

Os movimentos contra o governo que havia se instalado se fizeram presentes durante toda a ditadura, porém, com a criação do SNI que representava a centralização da rede de espionagem do governo e com a publicação do AI-5 na administração de Costa e Silva, no qual concedia quase que poderes ilimitados ao presidente, proibia a concessão de *habeas corpus* á presos políticos e intensificava

¹² Ver: < [Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade \(memoriasreveladas.gov.br\)](http://memoriasreveladas.gov.br)>

¹³ Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 400p.

¹⁴ SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Salvador: EDUFBA, 2013 (prefácio).

ainda mais a censura, impedindo qualquer atividade de cunho político. Dessa maneira, as manifestações contra os militares resultaram no aumento e efetiva formação de grupos de esquerda, que defendiam o socialismo e se opunham à ditadura.

Portanto, é fundamental destacar que, se o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada “luta armada”, de fato, a partir do AI5, as diversas instâncias repressivas já existentes passaram a agir segundo o ethos da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito.¹⁵

Para o governo, os grupos de guerrilheiros, que representavam a resistência e recorriam às armas, eram considerados terroristas. Como o terrorismo é considerado prática ilegal e que deve ser punida, o Estado montou um sistema de combate aos grupos guerrilheiros, e para isso, não hesitaram em usar de violência para obter informações dos esquerdistas, provocando assim inúmeras mortes e desaparecimentos.

Diante desse contexto de guerrilhas e conflitos armados, o Estado promoveu a criação de órgãos que legitimassem a sua autoridade no território nacional, assim em 1969 a OBAN (Operação Bandeirantes) foi criada visando coordenar os aparelhos do Estado como (Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Estadual) intensificando a vigilância e a repressão. A partir da sua consolidação, o governo expandiu a OBAN, criando o DOI-CODI, para atuação em todo território brasileiro.

O inimigo poderia estar em qualquer parte, dentro do próprio país, ser um nacional. Para enfrentar esse novo desafio, era urgente estruturar um novo aparato repressivo. Diferentes conceituações de guerra – guerra psicológica adversa, guerra interna, guerra subversiva – foram utilizadas para a submissão dos presos políticos a julgamentos pela Justiça Militar.¹⁶

¹⁵ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 a Ditadura Militar. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004.p37

¹⁶ Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 400p. : il. (algumas color.)p.22

O objetivo era claro e definido, qualquer oposição ao governo era tratada com o rigor das medidas arbitrárias. O Estado, se alicerçava de Leis de Segurança Nacional, que eram criadas para substanciar as prisões dos opositores. Foram criadas três Leis de Segurança Nacional em formas de decretos: DL314, DL510 e DL 898. “O espírito geral dessas três versões da Lei de Segurança Nacional indicava que o país não podia tolerar antagonismos internos e identificava a vontade da Nação e do Estado com a vontade do regime.”¹⁷

Diante do aumento da repressão dos militares, a formação de grupos opositores coordenadas por estudantes, militantes comunistas e intelectuais se intensificaram no país. Segundo Rigonati (2015), “a maior mobilização popular contra o regime militar partiu dos estudantes. A agitação estudantil, num contexto global, eclodiu em várias partes do mundo em 1968.”¹⁸

Compreendemos que o regime militar contou com grandes movimentos de resistência, como por exemplo a UNE - União Nacional dos Estudantes, que contestava a forma arcaica de ensino, as medidas repressivas do governo militar e a falta de liberdade de expressão. Para além da efetiva participação do movimento estudantil, na luta contra a opressão do governo militar, os partidos de esquerda se intensificaram e articularam-se para formação de guerrilhas.

A mobilização dos grupos de esquerda, durante esse período se intensificaram, articulando-se em forma de guerrilhas e reuniões clandestinas para discutirem as ações e planejamento dos grupos.

no contexto de endurecimento do regime a partir de 1968, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento ao poder dos militares. Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos em grande maioria, pelos estudantes, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos.¹⁹

¹⁷ Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 400p. : il. (algumas color.)p.19-20

¹⁸ RIGONATI, Denise Truguilho. Ainda choram Marias e Clarices : mulheres , guerrilheiras e pecebistas na resistência a ditadura militar no Brasil.2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História ,2015.p.11.

¹⁹ MERLINO e OJEDA apud RIGONATI, Denise. Ainda Choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras, e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil. 2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História ,2015,p.12.

Outro grupo que se articulou, e que lutou intensamente contra as vias opressoras do Estado foi o movimento feminista, que se mobilizou a partir de 1975, tendo como oposição o Estado e os grupos esquerdistas que compreendiam que a luta deveria ser pautada na luta de classes. As mulheres buscaram seu espaço no meio público, brigando por seus direitos de igualdade e liberdade sexual, que a partir do contato com o feminismo estrangeiro, influenciou novas perspectivas que passaram a fazer parte da causa feminina.

Para além dos grupos feministas o Movimento de Mulheres teve uma participação na luta contra a ditadura. O movimento ganhou espaço nos meios acadêmicos trazendo à tona a discussão sobre o papel da mulher na sociedade e influenciando as mulheres a se perceberem como agentes do seu tempo e da suas crenças e vontades.

A partir desse contexto, o presente trabalho, tem como fonte principal os depoimentos de mulheres que vivenciaram os traumas da ditadura, compreendendo dessa forma a importância de se trabalhar a questão de gênero, na perspectiva de uma construção social, de um indivíduo visto como frágil e dominado pelo masculino. Porém, diante dos depoimentos que serão abordados logo em seguida, fica evidente o papel dessas mulheres, como mães, filhas ou esposas, que lutaram direta ou indiretamente pelo direito a verdade em relação aos familiares desaparecidos.

Assim, seguindo os acontecimentos ocorridos no período em 1979, o general João Batista de Oliveira Figueiredo, promulgou a lei 6.683, conhecida como Lei da Anistia , no qual definia que

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares ([vetado](#)).§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.§ 2º - Exceção dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.²⁰

²⁰ Disponível em : < [L6683 \(planalto.gov.br\)](http://L6683.planalto.gov.br)> Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

A partir da promulgação da lei, permitiu-se o retorno dos exilados e a fantasiosa convicção de que haveria uma mudança e uma transparência política, porém, a instituição da lei, foi uma jogada articulada dos militares, abrindo espaço para perdoar os crimes políticos conexos como por exemplo os torturadores. Segundo Fico (2012) *apud* Rigonati (2015),

“ A lei de anistia [...] aprovada em agosto de 1979, compunha uma estratégia delineadora de um grupo restrito de integrantes do regime (especialmente Geisel, Golbery e Petrônio Portela) e fazia parte da lógica segundo a qual seria preciso enfraquecer o partido de oposição, o MDB, a fim de se garantir o controle da abertura política, planejada para transcorrer sem maiores percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura, fossem punidos.²¹

A partir dos aspectos apontados pelo historiador, o mesmo descreve que houve uma expectativa frustrada por grupos como o movimento estudantil, o MBA, os grupos coletivos de familiares de mortos desaparecidos, com a promulgação da lei e a real intenção do Estado de encobrir a verdade, tirando de si a responsabilidade com os mortos e desaparecidos daquele período.

Diante desse contexto de expectativas e promoção de argumentos para o que aconteceu, a historiadora Carolina Bauer (2015), aferi sobre a “teoria da reconciliação” analisada por Ricard Vinyes, no qual se baseia na equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada, tirando a responsabilidade e autoridade do Estado Militar para todos os envolvidos no processo, inflamando uma concepção de equidade de ação e reação, no qual fomentava-se o esquecimento dos fatos e silenciamentos desses.

A historiadora Janaína Teles (2011) reitera essa perspectiva de “teoria da reconciliação” ao afirmar que “Limitou-se a transição para a democracia nos seguintes termos: aconteceram "erros e excessos" de ambos os lados, como em toda "guerra", mas estes deveriam ficar no passado.”²² Dessa forma, compreende-se que os crimes realizados durante a ditadura foram equiparados aos demais

²¹FICO, Carlos. História do tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v.28,n.47,p.43-59,jan/jun.2012,p.45. *apud* RIGONATI, Denise Truguilho. *Ainda choram Marias e Clarices : mulheres , guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História .2015.p33-34*

²² TELES, JANAINA. P113

cometidos por grupos de esquerda, e a memória, a luta e resistências dessas pessoas foram tratadas como algo em vão.

Segundo Bauer (2015), a promoção de concepções acima mencionados, contribuíram para a caracterização do período de transição política, como “lento, gradual e seguro”, que segundo a historiadora “(...) contribuíram sobremaneira para a diluição das responsabilidades, bem como para postergar as obrigações do Estado brasileiro em relação às violações de Direitos Humanos.²³ Bauer (2015,119) *apud* Teles afirma,

Encontramo-nos diante do problema de como conviver com um passado doloroso em um presente democrático, administrando conflitos que não se encerraram com a mera passagem institucional de um governo autoritário para um democrático. [...] Resta algo da ditadura em nossa democracia que surge na forma do Estado de exceção e expõe uma indistinção entre o democrático e o autoritário no Estado de direito (TELES, 2009, p. 315-317).

Dessa maneira, o período de transição política para a democracia, foi marcado pela incessante luta pelo esquecimento do que aconteceu pelos militares. Como se fosse algo normal, comum de um período entre guerras no qual, para cada ação teve uma reação do grupo de oposição, devendo-se dessa maneira silenciar os fatos. Porém, no decorrer dos anos, foram surgindo inúmeras acusações responsabilizando o Estado pelos atos violentos cometidos e pelas mortes e desaparecimentos de pessoas, entretanto, apesar de haver quem negue a violência cometida contra muitos civis, chegaram ao conhecimento de grupos que investigam os casos, evidências de tais acusações.

Além desses documentos, devemos levar em consideração os desaparecidos políticos, ou seja, aqueles que foram sequestrados, mas não se sabe o fim que tiveram, pois seus corpos nunca foram encontrados. Por essa razão, tratamos esses casos como “crimes continuados”. Buscando o direito à memória e a verdade, em 1995, é criada A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMPD), instituída pela Lei 9.140/95, no qual busca solucionar os casos de desaparecidos políticos, por autoridades do Estado do período de 1961-1988. A comissão enfrentou diversos obstáculos, para análise dos casos.

²³ BAUER, Carolina. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. Ano.p.119

A partir da instituição da Lei 9.140/95, tem -se o reconhecimento pelo Estado brasileiro, pelas mortes e desaparecidos durante o período em questão apresentado no documento. A comissão investigou e processou 339 casos de morte e desaparecidos, contando com 136 nomes já reconhecidos e anexos ao processo da Lei em questão.

A investigação realizada pela CEMPD, visou no primeiro momento a análise e apresentação dos casos. Segundo o livro relatório da Comissão, os outros procedimentos seguintes, baseia-se com “[...] a coleta de amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos desaparecidos ou dos mortos cujos corpos não foram entregues aos familiares, para constituir um banco de dados de perfis genéticos[...]”²⁴. Para que dessa forma, possa ser feita a comparação genética com as ossadas encontradas.

A fase, consiste em “[...] sistematizar informações sobre a possível localização de covas clandestinas nas grandes cidades e em áreas prováveis de sepultamento de militantes na área rural, em especial na região do rio Araguaia, no sul do Pará.”²⁵ A partir dos relatórios e do dossiê criado pela CEMPD, foi um avanço para o resgate da memória, assim como ponto de gatilhos para as denúncias das atrocidades ocorridas no regime militar brasileiro.

Reforçando a luta empreendida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995, o governo brasileiro, no mandato da ex presidenta Dilma Rousseff, sancionou uma lei para que a Comissão Nacional da Verdade – CNV - fosse formada, como forma de investigar os casos de transgressão dos direitos humanos sucedidos nesse período, e tentar ressarcir os familiares através das indenizações. Dessa forma, a Lei 12.528/2011, apresenta o objetivo de que a partir do relatório, “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” ²⁶. Em 2012 foi oficialmente formada a Comissão Nacional da Verdade.

²⁴ Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.p.17

²⁵ Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.p.17

²⁶ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República*. Brasília, DF, nov., 2017.

O resultado do relatório da comissão, entregue dois anos depois do início dos estudos, apontou que, de fato, ocorreram crimes contra a humanidade durante a ditadura militar brasileira e que até o momento dos estudos foram evidenciados 434 casos de mortes e desaparecimentos cuja responsabilidade cabe ao Estado. Com mais de quatro mil páginas, esse é o documento que até o momento melhor apresenta as graves violações de direitos humanos ocorridos no Brasil, violações estas em decorrência da ditadura, não representando, entretanto, o fim das investigações.

Alguns apontamentos acerca da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Diante desse aspecto para a elaboração do presente trabalho, a análise da formação da Comissão Nacional da Verdade é fundamental para compreendermos as nossas fontes centrais do trabalho que são os três depoimentos de mulheres que tiveram seus pais, marido e companheiro desaparecido durante o regime militar, e foram vítimas do regime totalitário que se firmou no país na década de 60.

Durante muitos anos no Brasil, houve uma tentativa de silenciamento total quando o assunto se tratava da Ditadura Militar, desde esse fatídico episódio da nossa história até os dias atuais o assunto sempre esteve repleto de lacunas que nunca foram preenchidas. Foi com esse intuito, de tentar preencher essas lacunas nunca questionadas e de reparar danos provocados na ditadura e pós-ditadura, como por exemplo, a de se conseguir com que os familiares das vítimas fossem indenizados, que foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Criada por um colegiado instituído pelo governo do Brasil, que na época era Dilma Rousseff, e tinha como objetivo de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988 bem como, visa investigar os crimes cometidos por agentes do Estado ao longo do século XX. Desta forma, a CNV recebeu documentos de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais, além de arquivos de familiares de vítimas da ditadura e documentos oriundos da cooperação com governos de países como Argentina, Alemanha, Chile, Estados Unidos e Uruguai, para assim, criar um acervo que reúne milhares de documentos, testemunhos de vítimas e familiares, depoimentos de

agentes da repressão política, 47 mil fotografias, vídeos de audiências públicas, diligências e depoimentos, laudos periciais, livros, entre outros.²⁷

Os membros da Comissão que durou de 2012 a 2014, foram compostas por: José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti, Maria Rita Kehl, Pedro Dallari, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso, eles entregaram o Relatório à Presidenta Dilma Rousseff, em cerimônia realizada em 10 de dezembro de 2014 no Palácio do Planalto.²⁸ Depois da Comissão, muitas atrocidades vieram à tona através dos depoimentos dos familiares das vítimas e presos políticos da Ditadura Militar, contribuindo assim para o não esquecimento dos delitos cometidos contra os civis sem que ao menos tivessem direito a se defenderem das acusações que sempre eram forjadas com o objetivo de calar os que lutavam por direitos iguais.

Sinaliza-se que a coleta de depoimentos empregada pela CNV envolveu, inicialmente, a partir da pesquisa realizada pelos grupos de trabalho e de indicações feitas pelas comissões da verdade parceiras, além de entidades da sociedade. Foram desenvolvidos também por meio dos nomes das pessoas cuja oitiva seria importante para a Comissão, ou seja, por comissões da verdade estaduais e municipais, setoriais ou de classe, assim como familiares de vítimas e comitês populares de memória, verdade e justiça, apresentaram sugestões de nomes de depoentes à CNV.

Relata-se que depois da seleção dos nomes, foi realizado o levantamento de informações sobre cada uma das pessoas a ser ouvida, em pesquisa a bases de dados públicas e por fim seguiu-se, ainda, a elaboração de um roteiro de perguntas para cada caso.²⁹

O pesquisado Carlos Artur Gallo (2015) em suas análises acerca da formação da CNV, aponta que a Comissão teve algumas limitações no seu processo de formação “(...) é possível mencionar pelo menos três: 1ª) o número dos membros da CNV, somente 7, para analisar crimes cometidos em um país da dimensão do Brasil; 2ª) o tempo de duração dos trabalhos da Comissão: dois anos; 3ª) o período a ser investigado.”³⁰

²⁷Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

²⁸BRASIL. Op. Cit., 2014.

²⁹BRASIL. Op. Cit., 2014.

³⁰ GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. *Estud. sociol. Araraquara* v.20 n.39 p.327-345 jul. Dez. 2015.p332

Segundo o pesquisador, os impasses gerados em torno do Programa geraram alguns conflitos com o Governo Federal, editando algumas expressões na redação, suprindo-as quando faziam alusão ao período de 1964-1985. Em maio de 2013, quando completou um ano de investigação, a Comissão Nacional da Verdade apresentou um relatório técnico, com 20 páginas apenas, apontando os dados qualitativamente. Tal situação, gerou descontentamento por parte dos familiares que esperavam muito mais que apenas dados numéricos do ocorrido.

Para além dos problemas técnicos, outro embate presente na formação do relatório foram os conflitos para sua aprovação. A CNV também contou com as demissões de alguns integrantes do corpo técnico de análise, contribuindo para o não andamento efetivo das pesquisas. Carlos Artur Gallo (2015,p.336) aponta que no segundo semestre de 2013, o programa ganhou visibilidade e alguns fatos influenciaram nesse avanço da CNV, como a exumação dos restos mortais de João Goulart na Argentina, e as audiências para esclarecimento sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Beirodt Paiva quando este foi levado para interrogação na base do DOICODI no Rio de Janeiro.

Assim, entre conflitos de interesses, e obstáculo técnicos, em 2014 o relatório é entregue com duas mil páginas, sendo dividida em 3 volumes, conforme Gallo (2015) menciona. A primeira, apresenta um panorama do contexto histórico político desde 1964, retratando as estruturas repressivas, suas relações com os países vizinhos, assim como expõe a cadeia de comando, apontando os responsáveis pelos crimes cometidos nesse período.

No segundo volume, a redação é pautada em como a repressão foi praticada em grupos específicos que atuavam na sociedade brasileira. E por fim, o terceiro volume, possui uma lista e o perfil dos 434 mortos e desaparecidos em decorrência da violência ocorrida durante o regime militar brasileiro. A lista extensa e minuciosa nos detalhes sobre as pessoas, carrega uma simbologia no trazer à tona a verdade que aconteceu com essas pessoas, de modo a lembrar para que fatos como esses nunca mais ocorram.

Segundo o relatório da Comissão da Verdade (2014), se as forças armadas tivessem disponibilizado os acervos do CIE, CISA e Cinemar, produzidos durante o período militar, muitas dúvidas e lacunas acerca de métodos de torturas, desaparecidos, ocultação de cadáveres teria sido preenchidas no processo de elaboração e produção do relatório da CNV.

É preciso salientar que além da resistência dos militares, e políticos que apoiavam irrestritamente as forças armadas brasileiras e sua conduta no período militar, a dor dos familiares das vítimas da ditadura também, foi uma resistência. Pois, nesse caso, a questão não era política, e sim afetiva, de relembrar o passado e memórias de outrora que foram silenciadas pelo medo, pela dor da perda e pelo tempo. As memórias traumáticas estavam mais vivas do que nunca, contudo, foi necessário para que essas pessoas começassem a ter o direito de enterrar com dignidade, seus entes queridos e serem ressarcidos pelos longos anos de perdas financeiras. Sendo assim,

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos.³¹(BRASIL, 2014)

Memória, trauma e ditadura.

Partindo do entendimento de que memória é uma palavra de origem latina que significa “aquele que se lembra”, memória também é um conceito que, depois de muito debatido, foi incorporado como elemento fundamental à construção da narrativa histórica. Tanto que um dos primeiros trabalhos a se dedicar aos estudos sobre memória foi o de Maurice Halbwachs, na década de 1950, sendo ainda considerada a maior referência conceitual do assunto e a pedra angular para a constituição de um novo campo de estudos denominado Memória Social.

Para o autor, a memória existia de duas formas: uma individual, do ponto de vista de uma só pessoa; e uma coletiva, que diz respeito a toda a sociedade. Sendo assim, o grande diferencial de suas ideias era a de que a memória não se restringia apenas à nossa *psique*, mas a um campo social bem mais complexo³².

Em seu livro *A Memória Coletiva*, Halbwachs (1990)³³ analisando a relação entre memória e história, apresenta o conceito de memória coletiva como algo vivo,

³¹BRASIL. Op. Cit., 2014.

³²HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

³³HALBWACHS, op.cit, 1990.

que estabelece relações entre o passado e o presente, sendo formada por lembranças individuais em comum sobre determinado fato, sendo necessária para os processos históricos, tornando-se fundamental para os historiadores que trabalham com a História Oral, sobre tudo na realização dos depoimentos que foram objetivos principais do Relatório da comissão da verdade.

Porém dentro de uma perspectiva política, o qual se correlaciona com as memórias das vítimas e dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira, Michael Pollak (1989), historiador e sociólogo, em seus trabalhos sobre a memória traz à tona a ideia de que a memória coletiva se forma em decorrência de contextos, muitos deles relacionados a disputas de poder. Logo, para o autor,

Essa memória "proibida" e, portanto, "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...] ³⁴.

Essas memórias coletivas e subterrâneas costumam ser imbuídas de lembranças dolorosas, às quais chamamos de traumas, e buscando o significado etimológico dessa palavra nos remetemos a “ferida”, são, pois, marcas que as pessoas podem carregar consigo, podendo estar relacionadas ao corpo ou não.

Dessa forma Selligmann-Silva (2008)³⁵, descreve que o trauma é caracterizado por se uma memória de um passado que não passa. Pois, está vivo dentro da sua memória, das cicatrizes que o trauma deixou. As memórias traumáticas também tendem a chamar a atenção de muitos historiadores interessados nos fatos históricos de determinado momento. Voltando aos escritos de Michael Pollak, o mesmo contribuiu com reflexões nesse sentido ao pensar em traumas sofridos por indivíduos que vivenciaram guerras e outros conflitos na Europa.

Suas reflexões, porém, servem para dá embasamento o que muitas outras pessoas sofreram em seus países, como o caso dos militantes e de seus familiares

³⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

³⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicóloga Clínica*. Rio de Janeiro, v.20,n.1,2008,p.69,

na ditadura militar brasileira, vítimas de repressão e de violações dos direitos humanos dos mais variados tipos.

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões ³⁶.

Dentro de um contexto historiográfico, os traumas e suas origens quando identificados, vem à tona fatos históricos de um passado vivido por uma pessoa, e dessa forma podemos ter acesso a informações de sujeitos que se doaram lutando por direitos durante a Ditadura Militar. Assim sendo, a memória do trauma é, pois, uma ligação entre o trabalho do historiador com a memória individual e com a memória nacional construída pela sociedade.

Segundo Rigonati(2015) “o tempo da memória não é linear ou cronológico. Dessa forma, os passados ligados a memórias traumáticas têm momentos de maior visibilidade e outros que aparecem na zona de esquecimento e no silêncio”. Sendo dessa maneira, o trabalho do historiador essencial de compreender para além do que é falado, o que não é mencionado, que é silenciado pelas vítimas que sofreram algum trauma. Dessa maneira, surgem os lugares de memória, que se faz necessário debater no presente trabalho.

Os lugares de memória nascem e vivem, portanto, do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos: “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORRA, 1993).

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa [...]: À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história” (NORRA, 1993).

Esses “Lugares de Memória” percorridos por Nora (1993) ” são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. “museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais,

³⁶ POLLAK, op. Cit,1989.

monumentos, santuários, associações”, assume-se aqui a premissa de que o jornal impresso pode, sim, ser compreendido como um lugar de memória.

O significado do passado permanece preservado em seus vestígios, trazidos ao tempo presente e interpretados no presente numa cadeia de significação. Ou seja, a lembrança é a imagem que se produz do passado, o que se imagina como imagem deste passado no presente (NORRA, 1993).

Em meio a essas questões, que envolvem a história e a memória, os pesquisadores que estudam temas pertencentes ao período ditatorial se vêem diante da demanda de constituir uma narrativa que inclua os processos e narrativas sobre o tema proposto. Nos critérios colocados para a produção dessa história, as narrativas tratam de um tema traumático e construídas a partir de elementos da memória social e da história. Tratam da experiência dos sujeitos, contada pela memória, e da reflexão histórica sobre essa experiência .

Diante desse aspecto, ao dialogarmos com os 3 depoimentos que foram utilizados nessa pesquisa, trazemos o diálogo da memória individual dessas mulheres, relacionado a uma memória coletiva nacional do que foi o período ditatorial. A partir dos relatos transcritos pela CNV, podemos perceber nas entrelinhas a ansiedade, e o quão é doloroso relembrar o período de suas vidas que foi traumático.

Assim, na busca pela verdade de saber mais informações acerca do pai desaparecido e de ser indenizada pelos traumas sofridos, a senhora Alba Valéria D'Oliveira Reis, relata que o processo para dar entrada na pensão vitalícia, informada pelo Estado era burocrático e doloroso.

Eles mandaram um pedido para mim, eu mandei os papéis, a anistia mandou e falou que não constasse nada, e a Advogada entrou com um pedido pedindo a indenização e mais pensão vitalícia. Agora, claro, agora veio... Tiveram várias audiências, eu passei por quatro perícias judiciais que para mim foi uma verdadeira tortura passar por tudo aquilo de novo, e ser questionada, e ser perguntada e ser... (...) ³⁷

O processo de busca pela verdade, as questões burocráticas que estão em torno da indenização, representou mais um momento de tortura para aqueles que vivenciaram as atrocidades da ditadura militar. É reviver, é lembrar, é trazer à tona

³⁷ REIS, Alba Valéria D'oliveira .Depoimento.[Set.2013]Responsável pela tomada de depoimento :Ariana Bazzano e Márcia Baratto. Florianópolis, SC;2013. NUP: 00092.002287/2013-53

experiências, dores e angústias que ficaram silenciadas por esse tempo na memória, no campo do esquecimento. Através dos depoimentos, conseguimos através dos relatos perceber a dor e a mágoa na fala das depoentes. Assim como Alba Valéria, a depoente Djanira de Oliveira Ramos, que teve seu pai tido como desaparecido político reafirma esse doloroso processo de lembrar o que aconteceu

-Suellen Maciel (Comissão Nacional da Verdade) – Dona Djanira a senhora se emociona bastante quando fala do seu Epaminondas, né?

-Djanira de Oliveira Ramos- Ah, então, não acaba minha filha, não acaba mesmo. Eu faço força mesmo para não chorar, mas não tem jeito.³⁸

Conforme Selligmann-Silva (2008), já mencionada aqui, é um passado que não passa, pois sempre estará vivo na memória de cada pessoa que vivenciou esse período de forma particular. Em suma, enquanto fenômenos que também são históricos, a memória tem sido grande contribuinte para a História do Presente, mesmo que muitas vezes possam ser marcadas pelos traumas de conflitos vividos, ainda assim é sem dúvida de grande relevância o seu estudo-

A ação dos repressores e o depoimento dos familiares das vítimas.

A história do regime militar brasileiro, é retratada aferindo a real postura dos repressores contra os chamados subversivos, ou então chamados de rebeldes, por defenderem os direitos básicos, a democracia e a liberdade de expressão que não eram aceitos pelo Estado. Desta maneira muitos ingressaram na luta, através dos movimentos que iam surgindo de acordo com as demandas do período.

Tais fatos se revelam nos depoimentos de familiares das vítimas do regime Militar que consta na Comissão da Verdade. Em todos os depoimentos analisados para a realização deste trabalho, constatou-se que houve violações dos direitos humanos por parte dos militares, tanto que os familiares mencionam a respeito das torturas e da forma como eram tratados pelos repressores.

³⁸ RAMOS, Djanira de Oliveira. Depoimento . [Dez.2013] Responsável pela tomada de depoimento: Suellen Pires Maciel e Thiago Vilela. Abadias de Goiás, Go.2013. NUP:00092,000090/2014-61

Para além das violações dos direitos humanos, mencionados pelas três depoentes, ambas relataram a truculência no agir dos civis para a prisão ou interrogação de familiares, assim como a promoção do medo, da perseguição e da coerção psicológica sofrida por essas mulheres. A depoente Ilda Martins da Silva relata como foi a sua prisão e dos seus filhos, quando o seu esposo Virgílio estava desaparecido, e a polícia a prendeu para arrancar informações; a mesma descreve que,

A foi um escândalo né, porque chegaram cedinho, pulando, entrando pelas janelas, abrindo porta, arrombando porta, pulando pela janela, o Manoel Cedílio estava comigo lá em casa também porque ele não tinha pra onde ir ficou lá comigo pra te arrumar onde ele ia. [...]E aí jogaram o Manoel no chão, puseram algema nele, jogaram ele na área, e aí, era carro com gente com polícia, com arma metralhadora, com cadáver, acho que foi uns 10 carros, uns 10 carros ficou assim tudo em volta da casa. Aí eles me trouxeram para São Paulo[...].³⁹

Os três depoimentos selecionados para análise e discussão do presente artigo, tem enredos similares, de mulheres que perderam a figura masculina do seio familiar, seja ele pai ou esposo. Esses, faziam parte do Partido Comunista Brasileiro, e estavam diretamente ligados no combate a repressão e na formação das guerrilhas que surgiram nesse período. As depoentes, mulheres, que não participaram como sujeitos ativos na luta e na guerrilha com seus pais ou companheiros, mas, que foram perseguidas, vistas com desconfiança, uma delas presa, mas ambas sofreram com coerção psicológica, refletindo em suas vidas até os dias de hoje.

Cada uma das depoentes, possuem uma experiência diferente relatada, principalmente na percepção de que seus pais e companheiro tinha eram vistos como subversivos.

Suellen Maciel (Comissão Nacional da Verdade) – [...] Bom, a senhora conhecia as atividades políticas do seu pai? Djanira de Oliveira Ramos-Conhecia. Ele tinha ... ele mexia com arma. Ele tinha os amigos dele que ele fazia as reuniões na casa do Zé da Marcelina.[...] Eles levavam eram livros pra ler. Ele era apaixonado pelo Partido Comunista. Só que a arma dele era...a conversa. Ele não tinha esse negócio de arma.⁴⁰

³⁹ SILVA, Ilda Martins da. Depoimento.[Out.2013].Responsável pela tomada do depoimento Raissa Wihby. São Paulo.2013.NUP:00092,002416/2013-11

⁴⁰ RAMOS, Djanira de Oliveira. Depoimento . [Dez.2013] Responsável pela tomada de depoimento: Suellen Pires Maciel e Thiago Vilela. Abadias de Goiás, Go.2013. NUP:00092,000090/2014-61

A depoente Ilda Martins da Silva, sabia da participação do esposo Virgílio nas greves e no Partido Comunista como relata no depoimento “Que ele trabalhava no sindicato ainda, tomaram conta do sindicato, ele foi mandado embora do sindicato. Dessa época ele já vem sendo meio assim, porque ele era, era do Partido né, o Partido Comunista.”⁴¹ Já a descoberta da depoente Alba Valéria, de que seu pai tinha envolvimento com guerrilhas e participava de grupos de oposição ao regime militar deu-se muito tempo depois, a mesma relata que

Em 95... A gente veio em 94, em 95 a Derlei me ligou, ela me ligou dizendo que ela tinha descoberto que o meu pai, o Divo, era um desaparecido político. Eu fiquei sem entender nada: “como um desaparecido político?” Eu não estou entendendo mais nada, que meu pai era da Marinha, como é que ele é um desaparecido político?

Essas mulheres tiveram experiências diferentes, porém tiveram sua vida mudada por ser mulheres, filhas, esposas de homens que lutavam contra a opressão no país naquele período. Rigonati (2015) reafirma essa questão dizendo que,

A tortura, no Brasil, não fez diferença de gênero entre as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Na urgência de obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pelos limites emocionais e físicos - mulheres grávidas sofreram aborto e outras foram forçadas a incriminar seus maridos, entre outras formas de torturas física e psicológica.⁴²

As torturas eram das mais diversas e desafiava qualquer espírito de luta presente nas vítimas, eram elas: pau de arara, surras no solado dos pés, afogamento em tuneis de água ou de fezes, queimaduras com cigarro, cadeira elétrica, tortura psicológica etc., elas eram cometidas na maioria das vezes com o intuito de conseguirem informações sobre os possíveis companheiros de luta, para que falasse sobre uma possível conspiração, nenhum deles tiveram direito a um advogado, algo que é bem relatado nos depoimentos.

A coerção psicológica era a mais utilizadas nas mulheres, utilizando-se de ameaças aos filhos, amigos, parentes próximos, para que conseguissem extrair

⁴¹ Ilda Martins.

⁴² RIGONATI, Denise Truguilho. Ainda choram Marias e Clarices : mulheres , guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História .2015.p.42

qualquer informação. No caso, da depoente Ilda Martins da Silva que foi presa juntamente com seus filhos menores de idade, ela relata como as crianças eram tratadas e ameaçadas psicologicamente no DOPS:

Ficaram lá, lá nas alas, eles...Isso aí quem conta direito são eles, mas eles também não contam, porque parece que eles não gostam também de ficar mexendo. Eles disseram que ficavam fazendo perguntas pra eles no DOPS, mas foi dois dias só, ficaram lá na sala lá juntos com os homens lá e depois levaram pro juizado.[...] Tanto é que no juizado disse que pegavam eles e iam passear com eles, e falavam :”Oh, essa gente aí é rica, e está adotando crianças, vocês querem ser adotados com ele, por eles? Porque essa gente é rica, da uma boa vida pra vocês, seus pais são uns bandidos, você não quer ficar com eles?”⁴³

Ainda que relatem sobre um viés emocional, pode-se perceber através dos depoimentos, fatos que nos possibilita desenvolver uma análise reflexiva com base em suas memórias individuais ou coletivas. A construção do depoimento é uma dança entre as memórias, as dores os traumas daquela experiência dolorosa.

Para além da dor de ter um familiar desaparecido, era comum conforme muitos autores apontam que as mortes eram identificadas pelos repressores como sendo naturais, eram carregadas de intencionalidade, maldade e violava qualquer direito dos familiares em sepultar seus mortos dignamente. A depoente Alba D’Oliveira Reis retrata bem o que foi essa falta de respeito, ao informar para a família dela sobre a morte do Divo, seu pai. “Uns cinco, sete anos que ele estava desaparecido ninguém dizia nada, então o meu pai desapareceu na enchente em 64, que foi falado para nós, que ele desapareceu na enchente de 64.”⁴⁴

Enchentes, assaltos, atropelamentos, acidentes e outras possibilidades que servisse de desculpa para justificar o desaparecimento de presos políticos, enquadravam as capas dos jornais e nos boletins aos familiares. Dessa forma, o regime militar fazia com que esse “[...] conjunto dessa estratégia deve instituir como prática normal a tortura, os desaparecimentos, as mortes as prisões clandestinas.”⁴⁵

No livro Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, podemos analisar o trecho que contribui para com a narrativa dos familiares das vítimas e assim nos permite ter uma melhor perspectiva sobre as torturas que

⁴³ Depoimento Ilda Martins da Silva

⁴⁴ Depoimento Alba D’Oliveira

⁴⁵ CARDOSO, Irene de A. R. Memória de 68: terror e interdição do passado. Tempo social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 2, n. 2, p. 101-112, 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84805>; Acesso em: 28/01/2021.p.107

resultavam em mortes e também de como os militares burlavam e manipulavam as explicações da causa da morte na certidão de óbito:

Chael foi torturado por uma equipe de oficiais e suboficiais comandada pelo tenente Lauria, segundo denúncia de Espinoza e Maria Auxiliadora na Auditoria Militar, quando descrevem os chutes e pontapés que levou do Capitão Airton Guimarães, hoje banqueiro do jogo do bicho, e acusado de fazer parte de grupos de extermínio no Espírito Santo. De acordo com declarações do diretor-médico do HCE, general de brigada Galeno de Penha Franco: “Chael deu entrada no hospital já morto”, sendo que “o envio do corpo foi apenas uma formalidade, uma vez que provinha de uma unidade militar.” Na certidão de óbito a *causa mortis* é “contusão abdominal com rupturas do mesocólon transverso e mesentério, com hemorragia interna.”⁴⁶(DOSSIÊ, p.51, 1995)

Seguindo uma linha de raciocínio com base nos autores que escrevem sobre a Ditadura Militar Brasileira, as justificativas apresentadas nos documentos de certidão de óbito não correspondem aos dados sobre as causas das mortes coletadas nos depoimentos dos familiares das vítimas. Dessa forma contesta-se e reafirma-se que ocorreu violação dos direitos humanos, que teve tortura e que famílias inteiras ficaram desamparadas, sem recursos e sem conseguir sepultar seus mortos, sem falar nas indenizações, fator principal para a criação da Comissão da Verdade.

A minha irmã, a Beatriz, eu não tinha mais força pra nada, neh? Eu não tinha força pra nada nada. Eu me isole. Eu não chorava, mas também eu perdi toda a minha vida, que não vivi eu passei pela vida. Assim, eu queria [*choro*] a minha irmã que falou que queria o corpo, escreveu pra lá, mas não fizeram nada. Na época, não sabe? Eu não queria que mexesse, mas agora achei bom. O Epaminondas e Cromwell terem tomado a frente, porque por mim... só chorava mesmo. [*choro*] É uma mágoa que não acaba nunca, eu joguei a vida fora, a vida dos meus filhos.⁴⁷

As necessidades que passaram a enfrentar revelam um cenário de completo abandono, ferindo a alma de quem de repente vêem suas vidas desestruturadas. Assim, o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, surge para confirmar as atrocidades cometidas pelo governo ditador e quais as pessoas que mais sofriam as repressões da época:

A ditadura militar, implantada por meio do golpe de abril de 1964, desde seu início, cometeu atrocidades contra o povo e a nação brasileira. Foi deposto o governo legitimamente eleito pelo voto popular e revogados seus atos em prol da reforma agrária e contra as remessas de lucros das empresas

⁴⁶Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... et al., prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. — Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

⁴⁷ DEPOIMENTO Djanira De Oliveira Ramos

estrangeiras obtidos no território nacional. Milhares de pessoas foram presas, torturadas e tiveram seus direitos políticos cassados. Ora por serem sindicalistas, camponeses, advogados ou parlamentares, ora por serem funcionários públicos, ferroviários ou simplesmente estudantes. Outras tantas conseguiram escapar para o exílio.⁴⁸ (DOSSIÊ, p.24, 1995)

Assim sendo, com base nos depoimentos presentes no Relatório da Comissão da Verdade, o que muito acontecia era que os familiares quase sempre ficavam sem notícias, ou seja, sem acesso a nenhuma documentação, sem visita aos presos, além da perseguição que permanecia para os que não haviam sido presos, sem contar na situação financeira.

A perseguição não ocorria apenas com os militantes da oposição, os familiares eram constantemente perseguidos, vivendo sob os olhares dos civis e “homens de preto” como aparece relatado nas fontes. No depoimento cedido para a Comissão Nacional da Verdade, a senhora Djanira de Oliveira Ramos, ao ser interpelada em relação a perseguição e se era vigiada, a mesma respondeu que :

Minha filha, isso é o mais importante que eu quero lhe falar. Lá em casa, na minha casa não tinha. Tinha um assim, como um apitosinho, pi pi pi pi. Eu e meu marido, nós ficávamos incomodados com aquilo...ia ele apaisana lá para casa, nós tinha um comerciozinho, la pra casa e sentava com a revista na não assim ó [*demonstração*] a revista aberta sem passar a página, passava o dia todinho.(...) Era vigiados 24 horas. Eu falei com o Doutor Pedro: “Doutor Pedro, tenho medo de anda na rua, e vir uma bala perdida e me pegar” e ele sabia né?⁴⁹

No depoimento de Ilda Martins da Silva, a mesma relata que depois que ficou presa por 9 meses e um dia, ela continuou sendo seguida

Do tempo que eu tive aqui, eu percebi umas cinco ou seis vezes seguida. Porque, as pessoas vinham com conversas mole pro meu lado, conversa fiada, conversa que não tinha nem pé nem cabeça. Quando eu via que a pessoa vinha com conversa mole, eu me escondia, dava um jeito de me perder (...)

Diante dos depoimentos das fontes, compreende-se a relevância dos depoimentos como fontes para a história, auxiliando na tessitura de fatos históricos, que mesmo a partir da ótica e da vivência individual, se complementa com o contexto de uma memória coletiva nacional. Para Rigonati (2015)

⁴⁸DÔSSIE, op.cit, p.24, 1995.

⁴⁹ Depoimento de Djanira de Oliveira Ramos

Uma das ferramentas mais utilizadas para se historicizar a memória é o depoimento. O depoimento é o momento de reelaboração, rememoração, elaboração e reconhecimento da subjetividade, sendo uma recomposição histórica pessoal e estando sempre dirigido ao outro - é um ato colaborativo como mostra Selligmann-Silva ao analisar a literatura de trauma escrita por Primo Levi.⁵⁰

Essa fronteira das memórias pessoais e coletivas são postas por Pollak (1989) ao aferir que essa fronteira entre o confessável e o inconfessável, “(...) separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva, organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.”⁵¹

A imposição da forma como a imagem e o contexto deve ser passado pelo Estado, foi uma das imbricações enfrentadas pela CNV com as tomadas dos depoimentos das fontes. A depoente Alba D’Oliveira Reis, em seu relato, aponta justamente essa percepção de que as informações que ela teria a respeito do pai dela, seria mediante ao que o Estado queria que ela soubesse.

Aí eu lembro que quando tudo isso aconteceu em 95, eu morava na Rua Noruega em Balneário Camboriú. Eu recebi um telefonema anônimo dizendo que eu estava participando de um grande espetáculo circense no qual eu fazia papel de palhaça, eu só ia saber o que eles queriam que eu soubesse e mais nada.⁵²

Nos depoimentos nota-se as negligências sofridas pelos familiares, ao não receberem informações ou mesmo de não poderem ser indenizadas uma vez que não existia um corpo e que só poderia reivindicar após um determinado tempo que a vítima estivesse desaparecida. Como descreve Alba Valéria D’Oliveira Reis⁵³ ao mencionar sobre os pais:

Não, ela... Quando fez cinco anos que ele estava desaparecido ela queria ver os direitos dela, ele disse: “Não, tem que ter o óbito dele ou então quando fizer 10anos a senhora entra com uma declaração de ausência.” Só que quando fez 10 anos ela faleceu, e eu não sabia de nada, era uma criança, uma menina, adolescente, como é que ia saber? Ninguém falou nada

⁵⁰ RIGONATI, Denise Truguilho. Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História .2015.p.25

⁵¹ Pollak,1989, p.8 In Rigonati

⁵² DEPOIMENTO DE ALBA D’oliveira

⁵³Filha tem 43 adotiva de Divo Fernando Apóstrofo Oliveira – informação concebida pela Comissão Nacional da Verdade, através do depoimento da familiar.

também. Eu descobri, porque muitas pessoas me falaram: “Alba, mas você não recebe a pensão da Marinha? Você tem direito, você é filha mulher tem direito [...]”.⁵⁴(BRASIL, 2014)

Sendo assim, dentro de uma perspectiva de buscar reparação perante as vítimas que sobreviveram, e em memória dos que se foram é que os depoimentos fizeram a grande diferença nas pesquisas históricas do século XX bem como os futuros que viriam depois.

Contudo, Djanira de Oliveira Ramos em um dos trechos de seu depoimento relata:

[...]Disseram que contrataram um mata... um torturador de aluguel dos Estados Unidos mandou pra cá. Você soube disso? Você leu? Torturador de aluguel aqui para o Brasil, pra ensinar como é que maltratava sem deixar. Como é que não deixa sequela, né? Até mata mesmo. Aí vem uma pontinha de lá. Matador. Eu sei que eu trabalhava em Porto Nacional e aí quando eu soube que tinham matado o meu pai. Veio um atestado de óbito, eu nem me lembro mais, parece que morreu porque não comia nem bebia. Como é? Desidratado não lembro como é.⁵⁵

São esses tipos de acontecimentos que não são descritos na memória histórica e que por muito se conseguiu ocultar através do medo da vontade de esquecer o passado sombrio, as barbaridades que depois de longos anos vem à tona. No entanto, com os depoimentos dos familiares, aos poucos se consegue pôr em evidências essas memórias subterrâneas da nossa sociedade civil dominada pelo medo e pela arbitrariedade de um poder centralizado.

No que se refere na tardia interpelação dos depoimentos, Rigonati (2015), compreende que

muitos são os exemplos de motivos para o surgimento "tardio" dessas memórias traumáticas. Um dos motivos para isso é que muitos dos eventos ligados ao período militar permanecem obscuros, exigindo novas compreensões, novos agentes. Em geral, sabe-se o que aconteceu na superfície desse período obscuro da história nacional, mas pouco se sabe sobre o que ocorreu no subterrâneo, nos porões, onde muitos ficaram presos.⁵⁶

Percebemos então a importância da contextualização destes fatos para com a construção historiográfica, no sentido de dar ênfase para as memórias subterrâneas desses indivíduos e da sociedade em si, e para os futuros pesquisadores que irão

⁵⁴ Brasil, op.cit, 2014.

⁵⁵Brasil, op.cit, 2014. Djanira

⁵⁶ Rigonati .2015,p.29

escrever a cerca desse episódio ainda carregado de lacunas permitindo assim ao historiador enquanto veículo de transformação dessas informações no campo historiografia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como finalidade analisar as memórias dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, aferindo a partir dos relatos das depoentes: Alba Valéria D'oliveira Reis, Djanira de Oliveira Ramos e Ilda Martins da Silva, suas experiências e traumas vivenciados durante o período da ditadura , levando-nos a refletir sobre o papel dessas mulheres, como mães, filhas e esposas de homens que tinham algum envolvimento com grupos de oposição ao governo ditatorial.

É relevante discutir, que diante do contexto da ditadura militar, marcado como um período antidemocrático, no qual a censura fazia parte da rotina das pessoas, os relatos dessas mulheres traz a percepção de novos sujeitos para o campo historiográfico, rompendo com os paradigmas, de que as mulheres possam ter passado por esse período, “ílesas” ou inertes nesse processo.

Foram mulheres, que direta ou indiretamente estavam ao lado de seus parceiros ou pais, infiltradas nas discussões, nas ideias, abrigando os companheiros de luta, e que por atos de violência perderam seus familiares, e ainda sofreram com a perseguição do Estado, sob vigilância constante em suas casas. A partir dos depoimentos, podemos tecer novas tramas no tecido da história, dando oportunidades para a ampliação das discussões que versem sob a participação da mulher na ditadura militar, o seu papel e os diferentes traumas sofridos, enfim, várias possibilidades de enriquecer a história.

A partir dos aspectos observados, compreendendo as discussões realizadas acerca de memória, traumas e esquecimentos, e intencionalidades, ratifica-se o quanto doloroso é discutir sobre as experiências vivenciadas pelos depoentes. Relatos de abuso, agressões psicológicas e físicas, para além do descaso do Estado pós ditadura em relação aos familiares desaparecidos. Mas, se faz necessário

relembrarmos, para aprendermos com o passado a não cometer os mesmo erros no futuro.

REFERÊNCIAS

FONTES

REIS, Alba Valéria D'oliveira. Depoimento.[Set.2013]Responsável pela tomada de depoimento :Ariana Bazzano e Márcia Baratto. Florianópolis, SC;2013. NUP: 00092.002287/2013-53

RAMOS, Djanira de Oliveira. Depoimento . [Dez.2013] Responsável pela tomada de depoimento: Suellen Pires Maciel e Thiago Vilela. Abadias de Goiás, Go.2013. NUP:00092,000090/2014-61

SILVA, Ilda Martins da. Depoimento.[Out.2013].Responsável pela tomada do depoimento Raissa Wihby. São Paulo.2013.NUP:00092,002416/2013-11

BIBLIOGRAFIA

BAUER, Carolina. **O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira.** Ano.p.119

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. ***Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.*** Brasília, DF, nov., 2017.

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. ***Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*** - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 400p.

BREUER, Josef; FREUD, Sigmund. ***Estudos sobre a histeria (1893-1895).*** Rio de Janeiro: Imago. Vol 2, 1996.

CARDOSO, Irene de A. R. **Memória de 68: terror e interdição do passado.** **Tempo social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 2, n. 2, p. 101-112,

1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84805>; Acesso em: 28/01/2021.p.107

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 400p. : il. (algumas color.)p.22

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... et al., prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. — Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

FICO, Carlos. **História do tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro.** Varia História, Belo Horizonte, v.28,n.47,p.43-59,jan/jun.2012,p.45.

_____. **História do tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro.** Varia História, Belo Horizonte, v.28,n.47,p.43-59,jan/jun.2012,p.45. *apud* RIGONATI, Denise Truguilho. **Ainda choram Marias e Clarices : mulheres , guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.**2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História .2015.p33-34

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 a Ditadura Militar.** Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004.p37

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo.1989

GALLO, Carlos Artur. **A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação.** Estud. sociol. Araraquara v.20 n.39 p.327-345 jul.-dez. 2015.p332

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

MERLINO e OJEDA *apud* RIGONATI, Denise. **Ainda Choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras, e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.** 2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História ,2015,p.12.

NAPOLITANO, Marcos 1964 : **História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. – São Paulo : Contexto, 2014.p.

Orlandi EP. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Anais do 10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso**; 2003 Nov. 10-13; Porto Alegre, Brasil [CD-ROM]. Porto Alegre (RS): UFRGS; 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIGONATI, Denise Truguilho. **Ainda choram Marias e Clarices : mulheres , guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil**.2015.171f.Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense , instituto de ciências humanas e Filosofia, Departamento de História ,2015.p.11.

ROMPATTO, Maurílio. **A oralidade como fonte de pesquisa em História Regional. Projeto História**. nº 41. Dezembro de 2010,p.342

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psicóloga Clínica. Rio de Janeiro, v.20,n.1,2008,p.69,

SOIHET, Rachel. **Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo. In: Olhares Feministas/** Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lúcia Puga (organizadoras).- Brasília: Ministério da Educação : Unesco. 2006 p.374

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Salvador: EDUFBA, 2013 (prefácio).

TELES, JANAINA. **A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus**. Janaína de Almeida Teles. Anos 90, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012